



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2017

1. INTRODUÇÃO

1.1. O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO – COREN/RJ, com sede na Avenida Presidente Vargas, n° 502, 5° andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O presente Pregão e a adjudicação dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal n° 10.520/2002, e, no que couber, pelas normas da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, pelas Leis Complementares Federais n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e pelas disposições constantes deste edital e seus anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente.

1.3. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.coren-rj.org.br, no menu “Institucional”, submenu “Licitações”.

1.4. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou impugnar o ato convocatório deste pregão, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da licitação, no seguinte endereço: Avenida Presidente Vargas, n° 502, 6° andar, Centro, Rio de Janeiro, na sala do Setor de Compras e Suprimentos, de 10 (dez) até 16 (dezesesseis) horas, ou ainda, pelo e-mail: pregao@coren-rj.org.br.

1.5. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação e pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia da realização da sessão, com publicação da resposta no endereço eletrônico do COREN/RJ (www.coren-rj.org.br) no menu “Institucional”, submenu “Licitações”.

1.6. As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todas as licitantes e serão publicadas no endereço eletrônico do COREN/RJ (www.coren-rj.org.br) no menu “Institucional”, submenu “Licitações”, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



1.7. O Pregão a que se refere este edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, nos termos do artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

2. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

2.1. No dia **05 de maio de 2017, às 11 horas**, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio estarão reunidos na sala de reuniões, na Av. Presidente Vargas, nº 502, 4º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes ao presente Pregão.

2.2. No caso da licitação não puder ser realizada na data estabelecida, será publicado, na página eletrônica do COREN/RJ, novo aviso de licitação indicando data, horário e endereço do local da sessão do Pregão.

3. DO OBJETO

3.1. O presente edital tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planos de saúde, conforme especificações constantes dos Anexos do Termo de Referência (**Anexo I**), parte integrante deste Edital.

3.2. O plano de assistência à saúde será contratado na modalidade de plano coletivo empresarial para os empregados do COREN/RJ e seus dependentes, desde que o custo da adesão do dependente seja integral e exclusivamente custeado pelo respectivo empregado, sem qualquer responsabilidade do COREN/RJ com este novo encargo.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos necessários à aquisição dos materiais ora licitados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ELEMENTO DE DESPESAS:

6.2.2.1.1.31.90.16.003 – Plano de Saúde de Servidores

ORIGEM DE RECURSO: PRÓPRIO

4.2. O valor estimado dos gastos para as despesas com os materiais é de **R\$ 756.357,12** (setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e doze centavos).

5. TIPO DE LICITAÇÃO



5.1. O presente Pregão Presencial é do tipo **do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, especificados no Termo de Referência (**Anexo I**).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

6.2. Não serão admitidas neste Pregão: as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento; as declaradas inidôneas, pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis Federal, Estadual e Municipal; bem como as que estiverem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.3. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

6.4. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do COREN/RJ, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste edital, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.5. Não será permitida a participação de licitantes que tenham auxiliado na elaboração das especificações dos bens a serem adquiridos.

6.6. Não será permitida a participação na licitação de empresas que estejam reunidas em consórcio ou coligação, ou de cooperativas.

6.7. Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

7. CREDENCIAMENTO

7.1. Na data, horário e local indicado no item 2.1 deste edital, as empresas interessadas deverão se credenciar junto ao Pregoeiro.

7.2. As empresas participantes serão representadas na sessão do Pregão por seu representante legal, que deverá estar devidamente munido de credencial que o autorize a participar do procedimento licitatório.

7.3. Por credencial entende-se:

a) Procuração passada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, que contenha poderes *ad judicium* e *ad negocia* para formulação de proposta e lances



de preços, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa licitante **ou** declaração na forma do **Anexo II (carta de credenciamento)**, em ambos os casos, acompanhada dos atos constitutivos da empresa;

b) Documento comprobatório de capacidade para representar a empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de sócio ou dirigente da mesma.

7.4. O representante deverá, antes da entrega dos envelopes e da credencial, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, em original, **acompanhada de uma cópia.**

7.5. A proponente deverá apresentar ao Pregoeiro, **de forma avulsa, Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002 (**Anexo V**).

7.6. A não apresentação da declaração prevista no subitem 7.5 ou da credencial descrita no subitem 7.3 implicará a desclassificação imediata da licitante, resultando o mesmo efeito no caso de incorreção desses documentos.

8. CREDECIMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá respeitar todo o disposto nos **itens 6 e 7** deste edital.

8.2. Além disso, a microempresa e empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar comprovante de opção pelo SIMPLES NACIONAL **ou** Declaração firmada pela licitante, **na forma do Anexo IV, sob pena de não o fazendo no ato de credenciamento**, renunciar ao direito de participar do Pregão como microempresa ou empresa de pequeno porte.

9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Declarados encerrados os procedimentos de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes de proposta de preço e documentação.



9.2. Os documentos e as propostas exigidos no presente edital serão apresentados em 02 (dois) envelopes indevassáveis e fechados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇO - 01 (uma) via

"CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO – COREN/RJ”

PREGÃO PRESENCIAL N° ____/____

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE

ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - 01 (uma) via

"CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO – COREN/RJ”

PREGÃO PRESENCIAL N° ____/____

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

10.1. Todos os documentos dos envelopes "A" - PROPOSTA DE PREÇO e "B" – HABILITAÇÃO, necessários à participação, deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

10.2. O ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇO - deverá conter o formulário PROPOSTA DE PREÇO em 01 (uma) via, de acordo com o modelo fornecido pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN/RJ e que integra o presente edital (**Anexo III**), devidamente preenchido e elaborado pela licitante, carimbado com o sinal/símbolo da licitante e assinado pelo seu representante legal e acompanhado de planilha de custos individuais em cada faixa etária, dos servidores e seus dependentes.

10.3. A proposta de preços deverá conter a proposta de preços pelos materiais descritos no **Anexo I**, devendo estar redigida em Língua Portuguesa, impressa por meio computacional, em papel timbrado da proponente, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.



10.4 A proposta de preços deverá conter o preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso (em caso de dúvida, prevalecerá o valor por extenso), apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, diretos ou indiretos, relacionados com fornecimento dos bens e eventuais serviços a serem prestados, objeto da presente licitação;

10.5 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

10.6. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações/substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes indicados no subitem **9.2**.

10.7. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O COREN/RJ, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no Pregão Presencial ou os seus resultados.

10.8. O ENVELOPE “B” – HABILITAÇÃO - deverá conter os documentos especificados a seguir:

- (A) - Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) - Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- (C) - Documentação relativa à regularidade fiscal;
- (D) - Documentação relativa à regularidade trabalhista;
- (E) – Documentação relativa à qualificação técnica
- (F) - Outros documentos.

A - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

A.2. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

A.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício;

A.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



A.5. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados nos subitens (A.2) e (A.3), posteriormente à constituição da firma ou da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

B - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

B.1. Comprovação de ser dotada de capital social devidamente integralizado ou de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado **ou** pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93;

B.2. Certidões negativas de recuperação judicial ou concordata expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição. **As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial e concordata.**

C - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

C.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

C.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao objeto deste Pregão;

C.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

C.3.a. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da certidão conjunta negativa de débitos (ou positiva com efeitos de negativa) relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, ou certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da sede da licitante.



C.3.a.1. Certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeitos de negativa referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, da sede do licitante. **As certidões antes emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social são atualmente emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo exceção somente o caso de Contribuinte Individual.**

C.3.b. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeitos de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual. **Caso a licitante seja estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda e certidão de dívida ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;**

C.3.c. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre serviços de qualquer natureza, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal.

C.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

C.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

D - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA

D.1. Declaração firmada pela licitante, na forma prevista no Anexo do Decreto n° 23.445/2003, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei (**Anexo VI**).

E – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

E.1. Comprovação de aptidão das licitantes para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidões ou atestados, fornecidos por



pessoa jurídica de direito público ou privado, atestado que a licitante forneceu satisfatoriamente bens compatíveis com o objeto desta licitação;

F - OUTROS DOCUMENTOS

F.1. Declaração de compromisso e idoneidade, conforme (**Anexo VII**), elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de suspensão ou impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. A microempresa e empresa de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado, instituído pela Lei Complementar n° 123/2006, após a etapa de lances, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive aquela que comprova sua regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

11.2. Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento que a empresa for declarada vencedora do certame, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

11.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81 da Lei n° 8.666/93.

12. DA SESSÃO DO PREGÃO

12.1. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO

12.1.1. Após a fase de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes com as propostas de preços, verificando a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem em desacordo com o edital.

12.1.2. Serão selecionadas, para a etapa de lances verbais, a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à melhor proposta.



12.1.3. Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

12.1.4. Havendo empate entre propostas de preço que se enquadrem nas hipóteses escritas nos dois subitens anteriores, serão todas classificadas, realizando-se sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12.2. DOS LANCES VERBAIS

12.2.1. Às licitantes classificadas, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da proposta classificada de maior taxa de administração, inclusive se esta for taxa zero.

12.2.2. O Pregoeiro poderá estipular redução mínima entre os lances.

12.2.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando for feita a convocação pelo Pregoeiro, importará a exclusão da licitante da etapa de apresentação de lances verbais, com a manutenção do último preço por ela apresentado para efeito de ordenação das propostas. Caso todas as licitantes se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das propostas escritas será mantida.

12.2.4. A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário.

12.2.5. O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo ou o uso de telefone celular para a fase de formulação dos lances verbais, mediante prévia comunicação às licitantes.

12.2.6. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

12.2.7. Declarada encerrada a etapa competitiva, as propostas serão reordenadas e o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

12.2.8. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observadas as exigências estabelecidas no edital.

12.2.9. Os preços ofertados após a etapa de lances não poderão ser superiores aos preços de mercado dos bens, levantados pela Administração como critério de aceitabilidade.



12.2.10. Caso a melhor oferta tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro iniciará a etapa de negociação.

12.2.11. Quando a melhor oferta tenha sido formulada por licitante que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro deverá verificar a existência de empate ficto, nos termos do artigo 44, §2º da Lei Complementar nº 123/2006, e, em caso positivo, proceder ao desempate segundo as regras a seguir estabelecidas:

12.2.11.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.11.2. Havendo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito;

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, a ordem para formulação de nova proposta será estabelecida por sorteio.

12.2.12. Caso não haja empate ficto, o Pregoeiro iniciará a fase de negociação com a empresa originalmente vencedora do certame.

12.2.13. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12.2.14. Sendo aceitável a proposta de menor taxa de administração, inclusive se esta for taxa zero, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos exigidos no ENVELOPE "B" - HABILITAÇÃO - poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32 da Lei



Federal n° 8.666/93 e rubricados pelo representante legal da licitante, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso.

13.2. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas.

Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal na documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da firma, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do envelope “B”, sane a incorreção.

13.3. No caso de autenticação de cópia reprográfica por servidor da Administração, o mesmo deverá integrar a Equipe de Apoio ou ser o Pregoeiro, devendo os documentos ser apresentados e autenticados no momento da abertura dos envelopes.

13.4. Se os Certificados, declarações, registros e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.5. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.

13.6. O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

13.7. Se a primeira colocada não for considerada habilitada, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, realizando negociação, verificando sua aceitabilidade e precedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente.

13.8. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio, bem como pelas licitantes presentes.

14. DOS RECURSOS

14.1. Ao final da sessão e declarada a vencedora do certame pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente e **motivadamente** a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, **desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões** em igual número



de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2. A não apresentação das razões escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões orais.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante acarretará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído à autoridade superior, que proferirá a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do seu recebimento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1. Não sendo interposto recurso o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro adjudicará e a autoridade superior homologará o procedimento.

15.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade superior, a licitante adjudicatária, dentro do prazo de validade de suas propostas, deverá atender em 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação formal do COREN/RJ, a convocação para a assinatura do Contrato.

15.3. Deixando a adjudicatária de assinar o Contrato no prazo acima fixado, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

15.4. A adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Pregão, na assinatura do Contrato ou na retirada da Nota de Empenho.

15.5. A Adjudicatária será também responsável, na forma do contrato de compra e venda, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os



danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

15.6. O ato do recebimento do objeto da licitação não implica na sua aceitação definitiva, e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

15.7. Os motivos de força maior que, a juízo do COREN/RJ, possam justificar a suspensão da contagem de prazo, com a prorrogação do Contrato, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão considerados quaisquer pedidos de suspensão da contagem de prazo baseados em ocorrências não aceitas pela Fiscalização ou apresentados intempestivamente.

15.8. A Fiscalização da execução dos bens fornecidos caberá ao COREN/RJ. A Adjudicatária se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização.

15.9. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo COREN/RJ e/ou por seus prepostos, não eximem a Adjudicatária de suas obrigações no que se referem ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. Para efeito de pagamento, prevalece a oferta obtida na data da licitação, observando-se a regular liquidação da despesa, nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64, obedecido ao disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2. O pagamento será efetuado à Contratada, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente atestada e acompanhada dos comprovantes de Certidão Negativa de Débito (CND) e Certificado de Regularidade Junto ao FGTS, devendo efetivar-se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação, por meio de crédito em conta bancária do fornecedor.

16.3. O COREN/RJ efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes à aquisição em questão.

16.4. Em caso de atraso no pagamento, o débito será acrescido da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o 31º dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.



16.5. O pagamento do valor global contratado se dará por frações mensais, após a apresentação da fatura, que será aprovada e atestada pelo representante legal designado pelo COREN/RJ, e está condicionado à apresentação de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil, a Administração poderá impor à licitante, adjudicatária ou contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993.

17.2. O atraso injustificado na entrega dos bens sujeitará a Adjudicatária à multa de mora, fixada neste edital.

17.3. Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor total da aquisição, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;

17.3.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da aquisição, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

17.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

17.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17.4. As sanções previstas nos subitens **17.3.1**, **17.3.4** e **17.3.5** poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas em **17.3.2** e **17.3.3**, e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida defesa prévia ao interessado.

17.5. As sanções estabelecidas nos subitens **17.3.4** e **17.3.5** são da competência da Presidência do COREN/RJ.

17.6. As sanções previstas nos subitens **17.3.4** e **17.3.5** poderão também ser aplicadas às licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível



federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

- a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. O objeto será recebido na forma prevista no Art. 73, da Lei nº 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no Art. 74 da mesma Lei.

18.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

19. DO PRAZO

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do instrumento contratual.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta licitação e adjudicação dela decorrente.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. É facultada do Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta ou da documentação.

21.2. Quando **todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas**, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.



21.3. À adjudicatária caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes que possam vir a ser vítimas quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio do COREN/RJ por seus empregados.

21.4. No fornecimento dos bens contratados deverão ser observadas, rigorosamente, as especificações preestabelecidas no Termo de Referência. Quando necessários, os ensaios, testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais, para a verificação da boa execução do objeto da presente licitação, correrão à conta da licitante.

21.5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.7. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.8. A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.9. Os casos omissos deste edital serão resolvidos pelo Pregoeiro.

21.10. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Carta de Credenciamento;

Anexo III - Modelo Proposta de Preços;

Anexo IV - Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte;

Anexo V - Declaração referente à Habilitação;

Anexo VI - Declaração em atendimento ao artigo 27, inciso V, da Lei 8666/93 e artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo VII - Declaração de cumprimento do artigo 32, § 2º, da Lei 8666/93;

Anexo VIII - Minuta do Contrato

Este Edital e seus Anexos contêm 55 (cinquenta e cinco) folhas.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017

MARCELO ALVES HENRIQUE PINTO MOREIRA
Pregoeiro do COREN/RJ



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de plano de assistência à saúde para atendimento estimado de 145 (cento e quarenta) funcionários e 132 (cento e trinta e dois) dependentes do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo a prestação dos serviços de assistência médica emergencial, ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no País, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, editado pela ANS, vigente à época do evento, através de médicos podendo ser cooperados ou não e de rede assistencial própria ou contratada, aos funcionários do COREN/RJ, com cobertura em âmbito nacional, e serviços auxiliares e complementares de diagnóstico e tratamento e assistência ao pré-natal, por rede credenciada, contratada e referenciada, nos termos da Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações.

QUANTITATIVO DE USUÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE				
FAIXA ETÁRIA	TITULARES MASCULINOS	TITULARES FEMININOS	DEPENDENTES MASCULINOS	DEPENDENTES FEMININOS
0 a 18	-	-	28	38
19 a 23	-	-	2	8
24 a 28	7	5	9	10
29 a 33	8	24	8	5
34 a 38	7	21	2	2
39 a 43	8	12	1	1
44 a 48	6	6	3	4
49 a 53	5	9	2	2
54 a 58	5	11	1	1
59 a 99	6	5	1	4
TOTAL	52	93	57	75



145 EMPREGADOS (TITULARES) + 132 DEPENDENTES = 277 USUÁRIOS

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. O plano de assistência à saúde terá os atendimentos de rotina, internações clínicas, cirúrgicas, obstétricas e de tratamento intensivo, extensivo aos atendimentos em decorrência de acidente do trabalho.

Os atendimentos de rotina, as emergências e urgências ambulatoriais serão oferecidos em rede credenciada e/ou nos hospitais próprios, com disponibilidade abrangente e suficiente, de acordo com o exposto no item 5 deste Projeto Básico. A rede credenciada deverá ser oferecida pela contratada em número maior que à rede própria. Atendimentos de urgência, emergência, ambulatoriais (consultas) e internações deverão ser disponibilizados em, no mínimo, oito hospitais, conforme itens 5.2 e 5.4.

O plano de assistência à saúde será contratado na modalidade de plano coletivo empresarial para os empregados do COREN/RJ e seus dependentes, desde que o custo da adesão do dependente seja integral e exclusivamente custeado pelo respectivo empregado, sem qualquer responsabilidade do COREN/RJ com este novo encargo, mediante assinatura de termo de compromisso específico.

O plano deverá oferecer aos usuários os serviços de:

2.1.1. Assistência Médica Emergencial, em unidades de atendimento, 24 horas por dia, por profissionais e serviços que permitam ao beneficiário a assistência clínica e cirúrgica de emergência e/ou urgência, com internação em Unidade de Tratamento Intensivo, abrangendo, pelo menos, as seguintes especialidades:

- anestesiologia;
- cardiologia;
- cirurgia buco-maxilo-facial;
- cirurgia cardiovascular;
- cirurgia plástica reparadora, inclusive de mão;
- clínica médica;
- clínica cirúrgica;
- endoscopia;
- gineco-obstetrícia;



- medicina intensiva (adulto e infantil - CTI e unidade coronariana);
- neonatologia;
- neurocirurgia;
- neurologia;
- neuropediatria;
- oftalmologia;
- ortopedia/traumatologia;
- otorrinolaringologia;
- pediatria;
- psiquiatria;
- radiologia;
- urologia.

2.1.2. Cobertura para os casos decorrentes de acidentes de trabalho, quando o médico assistente deverá fornecer atestado onde conste o Código Internacional de Doenças (CID), para fins de preenchimento da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.

2.1.3. Assistência médico ambulatorial e hospitalar, incluindo consultas médicas, procedimentos ambulatoriais para os casos de rotina, urgência e emergência, e internações clínico-cirúrgicas, abrangendo, no mínimo, as seguintes especialidades:

- alergologia;
- análises clínicas;
- anestesiologia;
- angiologia;
- cardiologia, inclusive pediátrica;
- cirurgia buco-maxilo-facial;
- cirurgia cardiovascular;
- cirurgia de cabeça e pescoço;
- cirurgia geral;
- cirurgia infantil;
- cirurgia plástica reparadora, inclusive de mão;
- cirurgia torácica;
- cirurgia vascular periférica;



- clínica médica;
- dermatologia;
- endocrinologia;
- endoscopia;
- fisioterapia;
- fonoaudiologia;
- gastroenterologia;
- geriatria;
- ginecologia (adulto e infantil);
- hematologia;
- homeopatia;
- imunologia;
- infectologia;
- mastologia;
- medicina nuclear;
- medicina intensiva (adulto e infantil - CTI e unidade coronariana);
- nefrologia;
- neonatologia;
- neurocirurgia;
- neurologia;
- neuropsiquiatria;
- obstetrícia;
- oftalmologia;
- oncologia;
- ortopedia/traumatologia;
- otorrinolaringologia;
- patologia clínica;
- pediatria;
- pneumologia;
- proctologia;
- psicologia;



- psiquiatria;
- radiologia;
- reumatologia;
- urologia.

2.1.4. Serviços Auxiliares ou Complementares de Diagnóstico e Tratamento, em unidades de atendimento, no mínimo, nas seguintes modalidades:

- acupuntura;
- análises clínicas;
- anatomia patológica;
- angiografia;
- arteriografia em geral;
- audiometria;
- bioimpedanciometria;
- campimetria;
- cateterismo cardíaco;
- cauterização;
- citopatologia;
- densitometria óssea;
- diálise peritoneal;
- ecocardiografia;
- eletrocardiologia;
- eletroencefalograma;
- eletromiografia;
- eletroneuromiografia;
- endoscopia em geral;
- estudo hemodinâmico;
- fisioterapia, inclusive respiratória;
- fluoresceinografia;
- fonoaudiologia;
- fundoscopia;
- hemodiálise;



- hemodinâmica;
- hemoterapia;
- holter cardíaco e arterial (MAPA);
- inaloterapia;
- laparoscopia;
- litotripsias;
- mamografia digital;
- mamotomia;
- medicina nuclear (mapeamento, cintilografia e terapias);
- nutrição;
- oftalmologia;
- prova de função respiratória;
- prova ergométrica;
- prova laborintica;
- psicoterapia;
- quimioterapia;
- radiodiagnóstico;
- radiologia;
- radioterapia;
- raio-x panorâmico da face;
- reeducação postural global (RPG);
- remoção de pigmentos de lente intraocular com yag laser;
- ressonância magnética;
- terapia ocupacional;
- testes alérgicos;
- testes de função pulmonar;
- timpanometria;
- tococardiografia;
- tomografia computadorizada;
- transplantes autologos de medula óssea;
- tratamento cirúrgico da epilepsia;



- ultra-sonografia em geral;
- vídeo histeroscopia;
- vídeo laparoscopia.

2.1.5. Procedimentos para anticoncepção:

- Inserção de DIU (o dispositivo será liberado de acordo com a indicação clínica e normatização da ANS);
- vasectomia;
- ligadura tubária.

2.1.6. Assistência ao pré-natal e parto para a titular, esposa ou companheira e filhas que sejam dependentes do titular do plano, incluindo os serviços de:

- assistência ao parto normal ou cirúrgico;
- assistência puerperal;
- assistência peri-natal ao concepto, inclusive internação em unidade de neo-natologia, durante os primeiros 30 (trinta) dias de nascido;
- tratamento pré-natal das hidrocefalias e cistos cerebrais.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro oferece plano de saúde como benefício a seus funcionários desde o ano de 2012.

No intuito de dar continuidade ao fornecimento do referido benefício a seu corpo funcional, bem como cumprir o Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o Sindicato da categoria, o presente projeto básico visa embasar o processo licitatório a fim de contratar prestador de serviço especializado em plano de assistência a saúde de qualidade com preço competitivo por ser tratar de plano empresarial.

Ademais, o COREN-RJ deseja continuar beneficiando seus funcionários através da concessão de serviços de assistência médico-hospitalar, a fim de assegurar a saúde de seus colaboradores e, caso esses desejem, de seus dependentes. E ainda, considerando que a manutenção da saúde é uma necessidade básica do ser humano.

Como a natureza jurídica do COREN-RJ é de uma Autarquia Federal, não sendo permitida a livre contratação, é primordial a realização de licitação para que os funcionários possam ser



beneficiados com uma prestação de serviços de assistência a saúde de forma adequada e segura, propiciando qualidade no atendimento dos mesmos.

4. DA CONCEITUAÇÃO

4.1. Para fins deste documento, considera-se:

USUÁRIOS ou **BENEFICIÁRIOS** - Os inscritos no Plano de Assistência à Saúde na condição de beneficiários titulares e dependentes.

BENEFICIÁRIO TITULAR – empregados do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro – COREN/RJ.

BENEFICIÁRIO DEPENDENTE DO COREN/RJ - dependentes, exceto pai e mãe, na forma regulamentada pela legislação vigente e registrada neste projeto.

MENSALIDADE DO BENEFICIÁRIO TITULAR E DEPENDENTE - Valor a ser estabelecido para pagamento, indicada no ato da adesão do beneficiário, referente à participação dos empregados contratados pelo COREN/RJ e de seus dependentes, exceto pai e mãe. O COREN/RJ realizará o custeio das mensalidades de seus funcionários. Os funcionários arcarão integralmente com as despesas de mensalidades de seus dependentes.

REDE CREDENCIADA - Hospitais, Centros Médicos, Consultórios, Clínicas, Laboratórios, Médicos e outros profissionais colocados à disposição dos usuários do Plano de Assistência à Saúde pela Contratada aos empregados no COREN/RJ.

ABRANGÊNCIA DA REDE – Localidades em que a operadora contratada pelo COREN/RJ deverá oferecer rede credenciada na área de abrangência geográfica.

PLANO BÁSICO - Plano Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com acomodação em enfermarias.

PLANO ESPECIAL - Plano que inclui, além dos itens do plano básico, acomodação em apartamento individual, com banheiro privativo e direito a acompanhante, cobertura de despesas com alimentação, roupas de cama e de banho.

PLANO REFERÊNCIA - Plano Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com acomodação em enfermarias. A cobertura assistencial de que trata o plano-referência compreende todos os procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e os atendimentos de urgência e emergência, na forma estabelecida no artigo 10 da Lei n° 9.656, de 1998.

São permitidas as exclusões assistenciais previstas no artigo 10 da Lei n° 9.656, de 1998:



REMOÇÃO - Deslocamento dos usuários para atendimento hospitalar, na forma regulamentada neste.

OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE - Empresa responsável pela prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, com cobertura, em todo território nacional e atendimentos médico-hospitalares, ambulatoriais, na forma disciplinada pela Lei nº 9.656, de 1998 e Resolução 10 de 1998 de 3 de novembro de 1998, alterada pelas Resoluções 67 e 81 de 2001 e Resolução 167 de 9 de janeiro de 2008 e demais Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através de Hospitais, Centros Médicos, Consultórios, Clínicas Especializadas, Laboratórios, médicos e outros (as) profissionais/instituições.

4.2. Dos Beneficiários:

Para fins deste documento considera-se:

BENEFICIÁRIOS TITULARES – São considerados beneficiários titulares os empregados do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro – COREN/RJ;

BENEFICIÁRIOS DEPENDENTES – aqueles que têm grau de parentesco e dependência econômica com o beneficiário titular, assim definidos: Cônjuge ou companheiro; filhos solteiros com idade inferior a 25 (vinte e cinco) anos; filhos do companheiro, enteados, tutelados, menores, sob guarda por força de decisão judicial, todos equiparados aos filhos solteiros; e filhos inválidos de qualquer idade.

São considerados beneficiários dependentes para fins de inclusão no plano contratado:

- o cônjuge ou companheiro(a) de união estável; cuja condição deverá ser comprovada mediante Certidão de Casamento ou comprovada o reconhecimento da união estável, na forma da legislação vigente, ou inscrição da(o) companheira(o) como tal perante a Previdência Social, ou Declaração de Imposto de Renda acompanhada do espelho protocolado em que conste a(o) companheira(o) como dependente ou escritura declaratória firmada em cartório ou ainda a comprovação da existência de filho(os) em comum que dispensa a apresentação da documentação anteriormente citada neste inciso;



- o companheiro ou a companheira na união homoafetiva, obedecidos os mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
- os filhos, enteados e tutelados, solteiros, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez com base em laudo médico fornecido pelo SUS, Secretaria de Saúde ou Hospitais conveniados pelo SUS, e, ou absolutamente incapaz, assim considerado pela Legislação Civil;
- os filhos, enteados e tutelados, entre 21(vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes economicamente do empregado e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação; desde que regularmente matriculados e frequentando curso de nível superior, que não sejam casados, nem possuam renda própria;
- o menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial;
- dependentes que estiverem sob guarda em caráter provisório, para fins de adoção, mediante apresentação do Termo de Guarda, devendo este ser sempre atualizado.

Somente o empregado junto ao COREN/RJ poderá inscrever beneficiários na condição de dependentes.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O presente projeto básico tem como finalidade a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plano de assistência à saúde e deverá ofertar os atendimentos de rotina, internações clínicas, cirúrgicas, obstétricas e de tratamento intensivo, extensivo aos atendimentos em decorrência de acidente do trabalho pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, compreendendo os seguintes serviços:

5.2. A internação dar-se-á em acomodações coletivas hospitalares que disponham dos requisitos máximos de conforto, funcionalidade, segurança e higiene, previstos na legislação vigente, sem direito a acompanhante, salvo em se tratando de menores de 18 anos ou maiores de 60 anos.

5.3. Nas internações, havendo indisponibilidade de acomodações coletivas, a contratada se compromete a prestar atendimento em acomodações superiores ao plano em vigor, sem ônus para o usuário, até que cesse o impedimento.

5.4. Ao usuário é resguardado o direito de optar por acomodações individuais de padrão superior, devendo o mesmo arcar com as diferenças de diárias de hospedagem, honorários



médicos e demais despesas decorrentes dessa opção, liquidando-as diretamente no estabelecimento onde se der o evento, não sendo a Contratante responsável por quaisquer ônus advindos de tal opção.

5.5. As despesas hospitalares decorrentes de internação correrão por conta da contratada, compreendendo:

- diárias de internação do paciente em acomodações coletivas;
- serviços de nutrição e dietéticos;
- taxa de internação, centro cirúrgico, sala de parto, berçário, sala de gesso, incluindo materiais e medicamentos usados;
- honorários profissionais;
- serviços gerais de enfermagem;
- exames e procedimentos auxiliares e complementares de diagnóstico e tratamento;
- medicamentos, anestésicos, oxigenoterapia, transfusão de sangue e derivados, demais recursos terapêuticos utilizados durante o período de internação;
- unidade de terapia intensiva ou isolamento, inclusive neonatal;
- remoção do paciente por via terrestre, comprovadamente necessária de um estabelecimento para outro, desde que justificada pelo médico assistente, observando-se que o usuário deverá ser removido para a unidade de atendimento que atenda sua necessidade;
- atendimentos decorrentes de acidentes pessoais e de acidentes de trabalho, conforme Lei N° 9656/98;
- procedimentos sem necessidade de internação decorrentes de pequenas cirurgias;
- sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme solicitação médica, incluindo o tratamento ambulatorial, com o fornecimento de toda a medicação a ser utilizada;
- estão cobertos os honorários médicos relativos aos procedimentos clínicos ou cirúrgicos, referentes às especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, realizados durante o período de internação, compreendendo os serviços prestados pelo médico assistente ou cirurgião, auxiliares, anestesistas e instrumentadores;
- anestesia, tendo como base para o reembolso a tabela AMB92 ou a tabela vigente.



5.6. Ao recém-nato do titular ou do dependente é assegurada a cobertura assistencial, inclusive internação, por 30 (trinta) dias contados a partir do nascimento. Após esse período a cobertura se dará somente mediante adesão, sendo certo que para fins de isenção dos prazos de carência deverá ser observado o prazo de 30 (trinta) dias para inclusão do recém-nato, a partir do nascimento, conforme legislação em vigor.

5.7. O transporte especializado entre unidades de serviço, nos casos de transferência ou realização de exames e procedimentos, será realizado pela contratada. Também caberá à contratada a transferência de usuários que estejam em hospitais públicos, para suas unidades de serviço.

5.8. A empresa vencedora deverá oferecer outros planos, além do plano referência, com valores diferenciados.

5.9. Ao usuário titular, extensivo aos seus dependentes, é resguardado o direito de optar por planos superiores ao do presente edital, durante a vigência do contrato, ficando, porém, a diferença a ser deduzida de sua folha de pagamento, pela contratante, mediante autorização expressa do empregado, obedecendo ao limite de consignação.

Esta opção, sem carência, deverá ser permitida no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do início do contrato para os atuais empregados e, para os novos contratados, a partir da data da sua admissão na Autarquia.

5.10. Os empregados que se encontrarem afastados por motivo de auxílio-doença e/ou acidente de trabalho, não poderão alterar a sua modalidade para planos superiores enquanto perdurar o seu benefício pelo INSS.

5.11. Não será permitida a inclusão de dependentes enquanto o empregado estiver em benefício de auxílio-doença pelo INSS.

5.12. As consultas e os procedimentos realizados por profissionais especializados, assim como os exames complementares e a assistência hospitalar, serão de livre escolha dos usuários, dentre a rede credenciada oferecida pela contratada.

5.13. As consultas e os procedimentos, assim como exames complementares e assistência hospitalar, terão de ser realizados, impreterivelmente, conforme Lei N°9656/98. As situações de emergência deverão ser prontamente atendidas e, as situações de urgência, deverão ser prontamente atendidas.

5.14. Doenças e lesões preexistentes serão cobertas integralmente.



5.15. Os usuários candidatos a transplantes, provenientes de doador morto, conforme legislação específica, deverão obrigatoriamente estar inscritos em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e estarão sujeitos ao critério de fila de espera e de seleção.

5.16. Não serão cobertos os seguintes procedimentos:

- tratamentos estéticos em todas as suas modalidades;
- tratamento ambulatorial e hospitalar em serviços ou clínicas de repouso, de recuperação física, tratamento de senilidade, rejuvenescimento, convalescença e suas consequências;
- internações hospitalares, tratamentos ambulatoriais mesmo que decorrentes de emergência e urgência, exames diagnósticos, terapias e consultas médicas realizadas ou prescritas por profissionais de especialidades não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Psicologia;
- atos ilícitos, interrupção provocada de gravidez e suas consequências imediatas ou tardias, tratamentos clínicos ou cirúrgicos não éticos e alterações do corpo;
- aparelhos ortopédicos;
- orteses, próteses e seus acessórios serão cobertas apenas quando relacionadas ao ato cirúrgico, desde que não tenham finalidade estética.
- internações geriátricas;
- vacinas e autovacinas, salvo nos casos de pacientes internados;
- medicamentos importados, não nacionalizados e os não reconhecidos pelo órgão governamental competente;
- casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
- medicamentos e materiais cirúrgicos, salvo durante as internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais de urgência;
- cirurgias experimentais, cirurgias não éticas inclusive para mudança de sexo, inseminação artificial, tratamento para esterilidade;
- enfermagem particular;
- assistência médica domiciliar;



- remoção para tratamentos clínicos ou cirúrgicos ou procedimentos diagnósticos não cobertos pelo contrato e remoções por via diferente da terrestre;
- quaisquer despesas com acompanhante, no caso de internação, exceto o previsto no item 4.5 e no caso de Plano Especial;
- despesas com extraordinários não relacionados com o atendimento médico-hospitalar, durante a internação hospitalar, tais como: jornais, TV, telefone e frigobar;
- aluguel de equipamentos e aparelhos, exceto aqueles necessários em regime de internação hospitalar, durante a internação hospitalar, mediante apresentação do respectivo documento;
- tratamento em SPA, mesmo que para tratamentos de obesidade mórbida;
- transplantes, exceto aqueles previstos no Anexo RN nº 211/2010;
- quaisquer procedimentos ou exames não previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento.

5.17. Para a habilitação técnica, as empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar no momento da licitação (e manter atualizados) os seguintes documentos:

- a) Certidão ou Declaração de registro na ANS;
- b) Comprovação da cobertura de atendimento nos municípios informados no item 5 deste projeto;
- c) O catálogo encadernado, bem apresentado e atualizado das clínicas, hospitais, médicos especialistas e laboratórios próprios, credenciados, contratados e referenciados. Neste catálogo deverá constar, inclusive, a relação dos credenciados para os casos de atendimento em trânsito, conforme item 5.7;
- d) Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- e) Na assinatura do Contrato a Contratada se obriga a informar senhas ou autorizações prévias da Operadora;

5.18. Condições de Prestação dos Serviços: (conforme Lei Nº 9656/98);

5.18.1. Cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

5.18.2. Cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;



5.18.3. Cobertura de internações hospitalares, em centro de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, a critério do médico assistente;

5.18.4. Igualdade de cobertura para titulares e dependentes no plano de saúde, inclusive a assistência à obstetrícia;

5.19. Internação em hospital psiquiátrico ou em unidade/enfermaria psiquiátrica de hospital geral para portador de transtornos psiquiátricos em situação de crise, conforme prescrição do médico assistente;

5.20. Além da cobertura especificada no item anterior, os usuários portadores de transtornos psiquiátricos, em situação de crise, poderão dispor de tratamento em regime de hospital-dia, conforme prescrição do médico assistente;

5.21. Atendimento de urgência e emergência, incluindo internação, em hospital geral de usuários portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química, conforme prescrição do médico assistente;

5.22. Assistência hospitalar com obstetrícia, atendimento obstétrico relacionados à gestação e partos normais, cesarianas e complicações da gestação, abortamento, exclusivamente quando observada a lesão apresentada, bem como despesas do berçário;

5.23. Caberá a Contratada, após assinatura do contrato, a obrigação de transferir os empregados e dependentes que estiverem internados, sob a responsabilidade de outra operadora de saúde ou do SUS, em condições de remoção, para seus hospitais próprios ou credenciados. Caso contrário ou em situação de impossibilidade de remoção por restrição médica, a contratada assumirá as despesas hospitalares decorrentes da impossibilidade de remoção;

5.24. Serão usuários titulares os empregados do COREN/RJ, para fins de inclusão e, seus respectivos dependentes, exceto pai e mãe, incluídos mediante adesão. As inclusões serão realizadas até o quinto dia útil de cada mês, salvo, nos casos de empregados recém-contratados e dependentes recém-nascidos e recém-casados;

5.25. Os usuários titulares que vierem a se desligar do COREN/RJ (demitidos sem justa causa ou se aposentarem) durante a vigência do contrato, terão assegurados o direito de manter sua condição de beneficiário, nos moldes da Lei 9.656, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho e desde que assumam o seu pagamento integral diretamente a Contratada, para tanto tendo um prazo de 30 (trinta) dias para decidirem quanto a sua continuidade e de seus respectivos dependentes na cobertura



no PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, sem que haja período de carência a ser cumprido. Havendo inadimplência de mais de 60 (sessenta) dias o usuário será automaticamente excluído do plano.

5.26. A contratada fornecerá ao titular (e aos dependentes que não residem com o titular), imediatamente após a sua adesão ao PLANO, catálogo da rede credenciada, contratada ou referenciada e de serviços próprios, credenciados e/ou referenciados. A contratada também deverá fornecer, a todos os usuários, carteirinha para utilização do plano e consulta a rede credenciada via WEB. Quando necessário, o Departamento de Gestão de Pessoas do COREN-RJ poderá solicitar a contratada novos catálogos.

I - A contratada informará ao Departamento de Gestão de Pessoas do COREN/RJ, via correio eletrônico, todas as alterações ocorridas no período da vigência contratual, respeitando o prazo de 48h, a contar do momento da alteração;

II - No catálogo deverá constar a relação de serviços próprios, credenciados e/ou referenciados da contratada, assim como a relação de profissionais credenciados por especialidade, além do endereço e telefone atualizados;

III - Sempre que houver descredenciamento de profissionais ou clínicas/hospitais, a contratada deverá efetuar imediatamente a substituição/redimensionamento destes por outros com as mesmas características/qualidades;

IV - Fornecimento mensal de arquivo magnético, contendo o catálogo de serviços próprios, credenciados e/ou referenciados da contratada.

5.27. A contratada procederá à distribuição ao usuário de seu regulamento, imediatamente após a sua adesão, estabelecendo normas internas de utilização, obedecendo às disposições citadas no contrato.

5.28. A contratada deverá apresentar ao COREN/RJ, mensalmente acompanhado da nota fiscal/fatura, relatórios atualizados de listagem de todos os usuários, com as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, sexo, data de início no plano, grau de parentesco dos dependentes em relação aos usuários, dentre outras a serem solicitadas pela contratante.

5.29. O COREN/RJ não será responsável por erros médicos que venham a ocorrer na prestação dos serviços objeto do presente Projeto Básico, incumbindo à contratada, sempre que solicitado pelo COREN/RJ, emitir pareceres e prestar informações sobre quaisquer fatos extraordinários sucedidos durante a vigência do contrato.



5.30. Todas as providências necessárias e os encargos relativos ao cadastramento dos usuários correrão por conta da contratada, e no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato ou da data da inclusão do novo usuário.

5.31. A contratada se obriga a disponibilizar imediatamente, a partir da data de assinatura do contrato, uma central de atendimento telefônico, com ligações gratuitas (0800) e/ou disponibilização de um número de linha convencional fixa, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a domingo, para atendimento aos usuários.

5.32. A contratada se obriga a prestar todos os atendimentos e serviços relacionados neste Projeto Básico e ainda aqueles que possam não estar relacionados, mas que tenham amparo legal através da Lei nº 9.656/98, com suas respectivas alterações, bem como as demais legislações pertinentes. Os serviços prestados também deverão estar em conformidade com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

5.33. A contratada se obriga, mensalmente, na data estipulada pelo Departamento Financeiro do COREN/RJ, para efeito do faturamento, a apresentar nota fiscal discriminada e relatório detalhado em anexo.

5.34. A nota fiscal deverá ser encaminhada juntamente com o relatório definido neste Projeto Básico, contendo as informações de inclusões, exclusões, alterações de plano dos funcionários e/ou dependentes.

OBS. Em todos os relatórios deverão constar as matrículas dos funcionários no COREN/RJ.

5.35. A Contratada se obriga a apresentar, mensalmente, cópia das certidões do FGTS e INSS, bem como quaisquer outras exigidas por Lei.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1. A Contratada deverá possuir credenciamento para atendimento de emergência 24 horas em rede credenciada, contratada ou referenciada com cobertura no Estado do Rio de Janeiro, conforme as regiões abaixo identificadas:

- Região 1 - Sede: Município do Rio de Janeiro, compreendendo: Centro, Santa Teresa, São Cristóvão, Rio Comprido, Copacabana, Ipanema, Leblon, Botafogo, Tijuca, Vila Isabel, Bonsucesso, Olaria, Méier, Irajá, Ilha do Governador, Madureira, Penha, Vila da Penha, Jacarepaguá, Recreio, Barra da Tijuca, Bangu, Realengo, Santa Cruz, Campo Grande;
- Região 2: Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Maricá;



- Região 3: Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Queimados;
- Região 4: Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo;
- Região 5: Volta Redonda, Resende;
- Região 6: Itaguaí, Angra dos Reis e Parati;
- Região 7: Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé;
- Região 8: Campos dos Goytacazes, Itaperuna.

6.2. A Contratada deverá oferecer atendimento Emergencial 24 horas, em todo Estado do Rio de Janeiro priorizando as Áreas das Regiões 1 até 8, nas seguintes especialidades: Cardiologia, Clínica Geral, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia e Pediatria.

6.3. A Contratada deverá possuir credenciamento para atendimento de rotina, bem como serviços auxiliares e complementares de diagnóstico e tratamento, na rede credenciada, contratada ou referenciada nas regiões abaixo identificadas:

- Região 1 - Sede: Município do Rio de Janeiro, compreendendo: Centro, Santa Teresa, São Cristóvão, Rio Comprido, Copacabana, Ipanema, Leblon, Botafogo, Tijuca, Vila Isabel, Bonsucesso, Méier, Irajá, Ilha do Governador, Madureira, Penha, Vila da Penha, Jacarepaguá, Recreio, Barra da Tijuca, Bangu, Realengo, Santa Cruz, Campo Grande;
- Região 2: Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Maricá;
- Região 3: Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Queimados;
- Região 4: Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo;
- Região 5: Volta Redonda, Resende;
- Região 6: Itaguaí, Angra dos Reis e Parati;
- Região 7: Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé;
- Região 8: Campos dos Goytacazes, Itaperuna.

6.4. A Contratada deverá oferecer atendimento de rotina nas Regiões 1 até 8, com, no mínimo, as seguintes especialidades: Cardiologia, Clínica Geral, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia e Pediatria.

6.5. São considerados usuários dependentes do usuário titular, para fins de inclusão no plano contratado:



I - A(o) esposa(o), cuja condição deverá ser comprovada mediante Certidão de Casamento.

II - A(o) companheira(o) desde que comprovada o reconhecimento da união estável, na forma da legislação vigente ou escritura declaratória firmada em cartório.

III – Filhos, filhas e tutelados, menores de 21 (vinte e um) anos, que não sejam casados e não possuam renda própria;

Obs.: As exclusões serão realizadas no último dia do mês em que o dependente completar 21 anos.

IV - Filhos, filhas e tutelados até 24 (vinte e quatro) anos, desde que regularmente matriculados e frequentando curso de nível superior, que não sejam casados, nem possuam renda própria. A declaração da Universidade deverá ser apresentada nos meses de março e agosto de cada ano.

Obs.: As exclusões serão realizadas no último dia do mês em que o dependente completar 24 anos.

V - Filhos, filhas e tutelados, de qualquer idade, considerados inválidos com base em laudo médico fornecido pelo SUS, Secretaria de Saúde ou Hospitais conveniados pelo SUS, e, ou absolutamente incapaz, assim considerados pela Legislação Civil.

VI – Dependentes que estiverem sob guarda em caráter provisório, para fins de adoção, mediante apresentação do Termo de Guarda, devendo este ser sempre atualizado.

6.5.1 Inclusões e exclusões de dependentes no plano contratado poderão ser feitas, a qualquer momento. No entanto, serão processadas em até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação do titular.

6.6. Prazos de Carência dos Planos de Saúde:

6.6.1. Os direitos adquiridos após o cumprimento do prazo de carência terão sua continuidade assegurada:

I - a partir da zero hora da data de adesão - Casos de acidentes pessoais ocorridos a partir da data de adesão terão cobertura imediata;

II - a partir de 30 (trinta) dias da data de adesão - Consultas médicas, cirurgias ambulatoriais (porte anestésico zero) e serviços auxiliares de diagnose e terapia;

III – a partir de 300 dias para parto a termo, conforme texto da Lei 9.656/98 e suas alterações;

IV – a partir de 180 dias para os demais procedimentos, conforme texto da lei 9.656/98 e suas alterações.

6.6.2 Serão dispensados do período de carência:



- I** - os usuários titulares, na implantação ou em até 30 (trinta) dias da admissão;
- II** - os usuários dependentes que aderirem ao PLANO nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do contrato, podendo o prazo ser prorrogado pela licitante vencedora;
- III** - os recém-nascidos que aderirem ao PLANO, na qualidade de usuários dependentes, nos 30 (trinta) dias após o nascimento;
- IV** - os usuários dependentes cadastrados no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data de admissão do usuário titular ou do evento que caracterize a condição de dependência (nascimento, casamento);
- V** - filhos adotivos que aderirem ao PLANO, na qualidade de usuários dependentes, nos 30 (trinta) dias após a adoção;
- VI** - dependentes que estejam sob guarda, para fins de adoção.

6.7. Nos casos de emergência ou urgência a cobertura do plano deverá ter abrangência nacional (atendimento em trânsito). Nestes casos, a contratada deverá disponibilizar uma central telefônica para suporte ao usuário. Nas localidades onde não exista rede própria ou credenciada, ou, ainda, nas situações em que motivos relevantes impeçam o atendimento por profissionais ou estabelecimentos próprios ou credenciados, o reembolso será pela Tabela da Contratada (mínimo Tabela AMB92), a fim de se conhecer o valor do reembolso a ser efetivamente praticado para as consultas, exames e honorários médicos, e pelo valor integral da Tabela da Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro (Tabela AHERJ I), em se tratando de diárias hospitalares.

6.7.1 Nos casos de reembolso, serão exigidos os seguintes documentos em sua forma original:

- I** - relatório do médico assistente, data do atendimento e terapêutica utilizada;
- II** - conta hospitalar discriminada, com nota fiscal;
- III** - recibo de honorários médicos discriminando tipo de participação na assistência prestada.

6.7.2. O prazo de reembolso não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da documentação completa, nos locais de atendimento da contratada.

6.7.3. A marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos deve ser feita de forma a atender às necessidades dos consumidores, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de sessenta anos de idade, as gestantes, lactantes, lactentes e crianças até cinco anos;

6.7.4. O COREN/RJ se reserva no direito de realizar diligências junto à rede credenciada no intuito de verificar a veracidade das informações prestadas.



7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrar as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.

7.2. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo licitante vencedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.

7.3. Atestar o recebimento dos serviços contratados mensalmente, após verificação das especificações pela área de Gestão de Pessoas, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à contratada.

7.4. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no edital e instrumento contratual, após o cumprimento das formalidades legais.

7.5. Fornecer a contratada os documentos, informações e demais elementos que possuir necessários à boa execução do presente contrato.

7.6. Designar fiscal para acompanhamento e fiscalização do contrato porventura resultante deste projeto básico, que deverá acompanhar a execução do mesmo.

7.7. Providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato deste contrato, até vinte (20) dias contados da data de sua assinatura.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, atendendo prontamente as recomendações e/ou reclamações.

8.2. Executar os serviços de acordo com o especificado no presente projeto básico, atendendo as definições do fiscal do contrato.

8.3. Realizar os serviços por intermédio de profissionais devidamente especializados e qualificados.

8.4. Comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, neste caso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo contratante.



- 8.5.** Substituir e/ou corrigir os serviços não aceitos pelo contratante, sempre que necessário nos prazos previstos na legislação vigente.
- 8.6.** Não divulgar, copiar, nem reproduzir no todo ou em parte os documentos e informações inclusos no objeto da presente contratação, ficando a contratada sujeita às punições dispostas em lei.
- 8.7.** Comprovar através de documento emitido pelo órgão fiscalizador ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) de que está habilitada como operadora de Planos de Saúde/Seguro de Saúde, na data da publicação do Edital.
- 8.8.** Comprovar inscrição da operadora no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, com indicação do seu responsável técnico.
- 8.9.** Comprovar que o responsável técnico é profissional do quadro permanente da operadora, caracterizado por vínculo societário ou empregatício, devidamente comprovado por contrato social ou estatuto atualizado, no primeiro caso, e por ficha de registro de empregado devidamente autenticada, no segundo caso.
- 8.10.** Apresentar certificado de Registro de Produtos emitido pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, indicando aqueles produtos que estão sendo oferecidos no presente edital.
- 8.11.** Comprovar cobertura de atendimento conforme disposto **no item 5 desse Projeto Básico.**
- 8.12.** Apresentar catálogo encadernado, bem apresentado e atualizado com as clínicas, hospitais, médicos especialistas e laboratórios próprios, credenciados, contratados e referenciados, onde deverá constar, inclusive, a relação dos credenciados para os casos de atendimento em trânsito, conforme disposto no item 5.7 do Projeto Básico.
- 8.13.** Relatar todos os procedimentos que exigem senhas ou prévia autorização da operadora.
- 8.14.** Disponibilizar, a partir da data de assinatura do contrato, uma central de atendimento telefônico local (Estado do Rio de Janeiro) ou com ligações gratuitas (0800), em regime de plantão de 24 horas diárias, de segunda a domingo, para atendimento aos usuários.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1.** As despesas resultantes da execução deste contrato serão atendidas através da seguinte Dotação Orçamentária: **6.2.2.1.1.31.90.16.003 – Plano de Saúde de Servidores.**



10. MEDIÇÃO

10.1. Os serviços serão medidos mensalmente, da seguinte forma:

Valor a ser pago = Beneficiários x Valor unitário por faixa etária (R\$).

11. PRAZO

11.1. O prazo de execução dos serviços contratados é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser acrescido ou prorrogado nos termos da lei 8.666/93.

12. REAJUSTE

12.1 Os valores propostos para execução dos serviços poderão ser reajustados após 12 meses da efetiva prestação do serviço, se houver prorrogação contratual.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento do valor global contratado se dará por frações mensais, após a apresentação da fatura, que será aprovada e atestada pelo representante legal designado pelo COREN/RJ, sendo também necessária a apresentação dos comprovantes de:

I. Certidão conjunta negativa de débitos (ou positiva com efeitos de negativa) relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, ou certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da sede da licitante e certidão negativa de débito;

II. Certidão positiva com efeitos de negativa referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, da sede do licitante. As certidões antes emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social são atualmente emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo exceção somente o caso de Contribuinte Individual. As certidões antes emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social são atualmente emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

13.2. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis subsequentes à entrega da fatura/nota fiscal e das certidões solicitadas.

13.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura ou certidão por culpa do contratado, o prazo de 10 (dez) dias úteis reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.



13.4. O Contratante poderá reter os pagamentos, rescindir o contrato e aplicar as demais sanções administrativas caso a Contratada não regularize a sua situação fiscal no prazo assinado, podendo, inclusive, consignar em juízo os créditos da Contratada, de forma a impedir a solução de continuidade da execução contratual.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretrizes a Lei 8.666/93.



ANEXO II
CRENCIAMENTO (MODELO)
(Papel Timbrado da Empresa)

NOME/RAZÃO SOCIAL

CNPJ/MF

ENDEREÇO

Pelo presente instrumento fica credenciado o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, na licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/____ a ser realizado no dia ____/____/____ às _____, no **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO**, com poderes específicos para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases deste Pregão, podendo formular propostas de preços verbais, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recurso e manifestar-se quanto a sua renúncia e eventual desistência.

Rio de Janeiro, de de 2017

Assinatura do Representante Legal



ANEXO III
PROPOSTA DE PREÇOS
(Papel Timbrado da Empresa)

PREGÃO PRESENCIAL N° /2017

NOME DA EMPRESA

Prazo: 12 (doze) meses

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Objeto: Aquisição de purificadores de água e refis

Lote	Discriminação	Valor Total Estimado (R\$)	Valor Total Proposto (R\$)
01	Plano de Saúde	756.357,12	
VALOR GLOBAL R\$			

Valor por extenso: _____

Data da Cotação: _____

Assinatura do Fornecedor



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME E EPP
(Papel Timbrado da Empresa)

Declaro para os devidos fins que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, é microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n° 123/2006, não estando incluída nas exclusões do § 4º do citado artigo.

Rio de Janeiro, de de 2017

Assinatura do representante legal



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

(EM ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002)

(Papel Timbrado da Empresa)

Declaro para os devidos fins que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **cumpr** plenamente os requisitos exigidos para sua **habilitação**, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____**, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

Rio de Janeiro de de 2017

Assinatura do Representante Legal

OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE NO ATO DO CREDENCIAMENTO, OU SEJA, FORA DOS ENVELOPES.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, DA CRFB

(EM ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CRFB)

(Papel Timbrado da Empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis).**

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de _____ de 2017

Assinatura do Representante Legal



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO 32, § 2º DA LEI Nº 8.666/93)

(Papel Timbrado da Empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no artigo 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, por intermédio do seu representante legal, abaixo assinado, que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

Rio de Janeiro, de de 2017

(Assinatura do representante legal)



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E
OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO
RIO DE JANEIRO/COREN/RJ E A EMPRESA
_____ (PROCESSO N.º
_____).**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO – COREN-RJ**, autarquia federal fiscalizadora do exercício profissional de enfermagem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, ex vi da Lei Federal n.º 5.905/73, com sede na Av. Presidente Vargas, n.º 502, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.071.000, CNPJ n.º 27.149.095/001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por sua Presidente, **Dr.ª MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL**, brasileira, casada, portador de identidade profissional COREN/RJ n.º 9.719, e pelo Primeiro Tesoureiro, **Sr. PAULO MURILO DE PAIVA**, brasileiro, _____ [qualificação], ambos empossados pela **Decisão COFEN n.º 190/2014 de 10º de outubro de 2014 e Decisão COREN RJ n.º 1942-A/2014 de 28 de outubro de 2014**, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado, e a empresa [IDENTIFICAR A EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o n.º _____ [CITAR CNPJ], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [IDENTIFICAR E QUALIFICAR O REPRESENTANTE], resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, tendo sua celebração justificada e autorizada nos autos do processo administrativo n.º _____, e se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal n.º 10.520/2002, no que couber a Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações e no termo de Referência, que passa a ser parte integrante do presente instrumento, observando-se, ainda, as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços de planos de saúde coletivo empresarial.

PARÁGRAFO ÚNICO. A **CONTRATADA**, na execução do presente contrato, deverá prestar os serviços conforme as especificações contidas no Termo de Referência, que faz parte do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

As especificações do serviço estão descritas no Termo de Referência, que é parte integrante deste contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Durante a vigência deste CONTRATO o CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente o estipulado nas CLÁUSULAS deste Instrumento, em especial:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrar as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- b) Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo licitante vencedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.
- c) Atestar o recebimento dos serviços contratados mensalmente, após verificação das especificações pela área de Gestão de Pessoas, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à contratada.
- d) Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no edital e instrumento contratual, após o cumprimento das formalidades legais.
- e) Fornecer a contratada os documentos, informações e demais elementos que possuir necessários à boa execução do presente contrato.
- f) Designar fiscal para acompanhamento e fiscalização do contrato porventura resultante deste projeto básico, que deverá acompanhar a execução do mesmo.
- g) Providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato deste contrato, até vinte (20) dias contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO. As atribuições do Fiscal do Contrato, devidamente designado para este fim, além daquelas naturalmente inerentes ao encargo, encontram-se descritas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Durante a vigência deste CONTRATO a CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado nas CLÁUSULAS deste Instrumento, em especial:

- a) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, atendendo prontamente as recomendações e/ou reclamações.
- b) Executar os serviços de acordo com o especificado no presente projeto básico, atendendo as definições do fiscal do contrato.
- c) Realizar os serviços por intermédio de profissionais devidamente especializados e qualificados.
- d) Comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, neste caso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo contratante.
- e) Substituir e/ou corrigir os serviços não aceitos pelo contratante, sempre que necessário nos prazos previstos na legislação vigente.



- f) Não divulgar, copiar, nem reproduzir no todo ou em parte os documentos e informações inclusos no objeto da presente contratação, ficando a contratada sujeita às punições dispostas em lei.
- g) Comprovar através de documento emitido pelo órgão fiscalizador ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) de que está habilitada como operadora de Planos de Saúde/Seguro de Saúde, na data da publicação do Edital.
- h) Comprovar inscrição da operadora no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, com indicação do seu responsável técnico.
- i) Comprovar que o responsável técnico é profissional do quadro permanente da operadora, caracterizado por vínculo societário ou empregatício, devidamente comprovado por contrato social ou estatuto atualizado, no primeiro caso, e por ficha de registro de empregado devidamente autenticada, no segundo caso.
- j) Apresentar certificado de Registro de Produtos emitido pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, indicando aqueles produtos que estão sendo oferecidos no presente edital.
- k) Comprovar cobertura de atendimento conforme disposto no item 5 desse Projeto Básico.
- l) Apresentar catálogo encadernado, bem apresentado e atualizado com as clínicas, hospitais, médicos especialistas e laboratórios próprios, credenciados, contratados e referenciados, onde deverá constar, inclusive, a relação dos credenciados para os casos de atendimento em trânsito, conforme disposto no item 5.7 do Projeto Básico.
- m) Relatar todos os procedimentos que exigem senhas ou prévia autorização da operadora.
- n) Disponibilizar, a partir da data de assinatura do contrato, uma central de atendimento telefônico local (Estado do Rio de Janeiro) ou com ligações gratuitas (0800), em regime de plantão de 24 horas diárias, de segunda a domingo, para atendimento aos usuários.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificados:

Natureza das Despesas:

Fonte de Recurso:

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DO VALOR E DO REAJUSTE

O presente contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses.



O valor mensal do contrato é R\$ _____ (_____),
totalizando-se R\$ _____ (_____) no ano.

O Contrato será reajustado pela aplicação do Índice Geral de Preços – IGP-10 ou outro que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A periodicidade de aplicação do índice de correção é de 12 (doze) meses, cujo aniversário é contado da data limite para apresentação da proposta no processo licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Contrato poderá ser renegociado a qualquer tempo se houver desequilíbrio econômico-financeiro, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) representante do CONTRATANTE especialmente designado pelo Presidente do contratante mediante edição de portaria.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/1993, dispensada o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUARTO. A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante prévia solicitação, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor mensal de até R\$ _____ (_____), sendo o pagamento efetuado em conta corrente de titularidade da CONTRATADA ou mediante boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente ao pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento, em até ____ (_____) dias da efetiva prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis após a prestação do serviço do mês de referência e do atesto da Nota Fiscal, considerando a certificação da execução do objeto e das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO QUINTO. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, serão acrescidos da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o 11º dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO. O Contratante poderá reter os pagamentos, rescindir o contrato e aplicar as demais sanções administrativas caso a Contratada não regularize a sua situação fiscal no prazo assinado, podendo, inclusive, consignar em juízo os créditos da Contratada, de forma a impedir a solução de continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo CONTRATANTE, com as devidas justificativas, na forma prevista no artigo 65 e §§ da Lei n.º 8.666/1993, mediante a assinatura do respectivo Termo Aditivo a ser publicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil, a Administração poderá impor à licitante, adjudicatária ou contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O atraso injustificado na execução do serviço sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, fixada no edital. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Adjudicatária pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:



- a) advertência;
- b) multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) suspensão temporária de participação em licitações, ou impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As sanções previstas nas alíneas a, d e e poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas b e c e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia ao interessado.

PARÁGRAFO QUARTO. As sanções estabelecidas nas alíneas d e e são da competência da Presidência do COREN/RJ.

PARÁGRAFO QUINTO. As sanções previstas nas alíneas d e e poderão também ser aplicadas às licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

- a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993, por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a CONTRATADA a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à



garantia prestada, se for o caso, ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese de anuência do CONTRATANTE, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos na legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá, integral e exclusivamente, a única responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, assim como pelos serviços porventura subcontratados, podendo, inclusive, o CONTRATANTE exigir a substituição da empresa subcontratada, caso esta não esteja executando os serviços de acordo com os dispositivos contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei n.º 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial da União, correndo os encargos por conta da CONTRATANTE.



PARÁGRAFO ÚNICO. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e n°. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio consensual e amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um mesmo efeito, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, [data]

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO – COREN-RJ

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

NOME:

NOME:

CPF:

CPF